

O PROGRAMA BRASIL NA ESCOLA E A FORMAÇÃO SOCIOEMOCIONAL DOS ESTUDANTES DOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL: ANÁLISE DOCUMENTAL DE UMA POLÍTICA PÚBLICA

Kariny Marques de Souza¹

Polyana Olini²

Resumo: O desenvolvimento das competências socioemocionais tornou-se central nas políticas públicas de Educação Básica, sobretudo após a pandemia de COVID-19, que acentuou desigualdades e fragilizou o vínculo dos estudantes com a escola. Nesse contexto, o Programa *Brasil na Escola* apresenta-se como uma política voltada à recomposição da aprendizagem, ao fortalecimento da permanência escolar e à promoção do desenvolvimento integral, em consonância com a BNCC. Este artigo analisa como as práticas pedagógicas propostas pelo Programa contribuem para o desenvolvimento socioemocional nos anos finais do Ensino Fundamental. Trata-se de uma pesquisa qualitativa e documental, baseada na análise de materiais oficiais do MEC e literatura especializada. Os resultados indicam que o Programa articula dimensões cognitivas e emocionais da aprendizagem e favorece práticas pedagógicas mais colaborativas e acolhedoras. Conclui-se que a política possui potencial para fortalecer a formação integral dos estudantes, embora sua efetividade dependa de condições estruturais, da formação continuada e do engajamento docente.

Palavras-Chave: Programa Brasil na Escola. Competências socioemocionais. Educação integral. Políticas públicas.

THE PROGRAMA BRASIL NA ESCOLA AND THE SOCIO-EMOTIONAL DEVELOPMENT OF LOWER SECONDARY STUDENTS: A DOCUMENTARY ANALYSIS OF A PUBLIC POLICY

Abstract: The development of socio-emotional competences has become central to public policies in Basic Education, especially in the aftermath of the COVID-19 pandemic, which deepened inequalities and weakened students' engagement with school. In this context, the *Programa Brasil na Escola* presents itself as a policy aimed at learning recovery, strengthening student retention, and promoting integral development, in alignment with the BNCC. This article analyses how the pedagogical practices proposed by the Programme contribute to socio-emotional development in the final years of Ensino Fundamental. It is a qualitative and documental study based on the analysis of official MEC materials and specialised literature. The findings indicate that the Programme articulates cognitive and emotional dimensions of learning and fosters more collaborative and welcoming pedagogical practices. It is concluded that the policy has the potential to strengthen students' integral formation, although its effectiveness depends on structural conditions, continuous teacher development, and active professional engagement.

Keywords: *Programa Brasil na Escola*. Socio-emotional competences. Integral education. Public policies.

1 Acadêmica do Curso de Licenciatura em Pedagogia do Univag – Centro Universitário de Várzea Grande.

2 Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Docente no Univag – Centro Universitário de Várzea Grande. Orientadora.

Considerações Iniciais

A formação integral dos estudantes passou, nos últimos anos, a ocupar posição central nas políticas públicas educacionais brasileiras. O fortalecimento das competências socioemocionais tornou-se pauta urgente diante de desafios que extrapolam o desempenho acadêmico, envolvendo dificuldades de convivência, episódios de ansiedade, baixa autoestima, desmotivação e evasão escolar. Nesse contexto, o Programa *Brasil na Escola* como uma iniciativa recente do Ministério da Educação (MEC), que busca responder às desigualdades intensificadas pela pandemia e integrar aprendizagem, permanência e desenvolvimento emocional dos estudantes (BRASIL, 2021).

O surgimento de políticas específicas voltadas às dimensões socioemocionais acompanha transformações sociais mais amplas. A escola contemporânea, deslocando-se de uma função restrita à transmissão de conteúdos, assume a responsabilidade de promover habilidades relacionadas à convivência, ao equilíbrio emocional, ao respeito e à autonomia. Assim, políticas como o Brasil na Escola respondem tanto às necessidades educacionais imediatas quanto às demandas de uma formação mais integral, em consonância com as orientações da Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

É nesse cenário que se insere a presente pesquisa, cujo objetivo é compreender o papel do Programa Brasil na Escola e analisar como políticas públicas recentes se entrelaçam com as orientações curriculares nacionais e com as demandas contemporâneas da educação brasileira. Caracteriza-se como um estudo qualitativo, documental e de natureza descritivo-analítica, voltado à interpretação do Programa a partir de seus documentos oficiais, legislações, materiais estruturantes e produções acadêmicas relacionadas à socioemocionalidade e à formação integral.

Foram examinados documentos emitidos pelo Ministério da Educação e pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - são eles: a Portaria

MEC nº 177/2021, a Resolução CD/FNDE nº 10/2021, o Manual de Implementação, o Menu Socioemocional, os materiais de Formação de Facilitadores, o PDDE Interativo e o Kit de Atividades Socioemocionais -, que possibilitaram compreender a estrutura, os objetivos, os eixos pedagógicos e as ações propostas pelo Programa. Também integraram o corpus da pesquisa documentos normativos nacionais, em especial a BNCC (BRASIL, 2018), que orienta o desenvolvimento das competências gerais e socioemocionais nos anos finais do Ensino Fundamental.

A análise foi enriquecida por produções acadêmicas dedicadas ao tema da formação integral, do clima escolar e da socioemocionalidade, como Abed (2014), Carneiro e Lopes (2020), Carneiro e Nascimento (2020), Moura et al. (2022) e Teles et al. (2024), que discutem a importância dessas competências para o desenvolvimento crítico, emocional e relacional dos estudantes e destacam o papel do professor na mediação dessas habilidades.

O procedimento metodológico estruturou-se em três etapas principais: (1) seleção e organização do material, com a identificação e classificação dos documentos nos seguintes eixos temáticos: recomposição das aprendizagens, permanência escolar, socioemocionalidade e formação docente inicial e continuada; (2) leitura detalhada dos documentos oficiais e da literatura científica, visando explicitar a estrutura e os objetivos do Programa; e (3) interpretação e articulação dos dados, relacionando normativas e estudos acadêmicos para identificar convergências, possibilidades e limites da política analisada.

A metodologia adotada permitiu compreender o Programa *Brasil na Escola* além de um conjunto de ações operacionais, isto é, como uma política pública articulada a fundamentos teóricos voltados ao desenvolvimento integral dos estudantes. Evidenciaram-se, assim, suas contribuições para a aprendizagem, o clima escolar e o fortalecimento das práticas pedagógicas nas escolas brasileiras.

1. Estrutura e direcionamentos do *Programa Brasil na Escola*

O Programa Brasil na Escola distingue-se por integrar dimensões organizacionais e pedagógicas, articulando gestão, práticas de ensino e fatores socioemocionais que influenciam diretamente o percurso escolar dos estudantes. Ao reconhecer que as dificuldades de aprendizagem não se limitam ao domínio de conteúdos, o Programa considera aspectos como vínculos, engajamento, participação e clima escolar como componentes estruturantes da permanência e do sucesso educativo. Nessa perspectiva, suas ações não se restringem ao apoio técnico e financeiro, mas visam fortalecer a capacidade institucional das escolas para planejar intervenções contextualizadas, promover práticas pedagógicas alinhadas às necessidades reais dos estudantes e consolidar ambientes de aprendizagem mais acolhedores e eficazes.

Além de se configurar como uma resposta às desigualdades intensificadas pela pandemia, o Programa Brasil na Escola foi instituído pela Portaria MEC nº 177, de 30 de março de 2021, com o objetivo de induzir e fomentar estratégias e inovações destinadas a assegurar a permanência, as aprendizagens e a progressão escolar dos estudantes dos anos finais do Ensino Fundamental. Sua organização compreendia três eixos: apoio técnico e financeiro às escolas; valorização de boas práticas; e inovação.

No âmbito do apoio técnico e financeiro, a Resolução CD/FNDE nº 10, de 23 de julho de 2021, estabeleceu os critérios e as formas de transferência, execução e prestação de contas dos recursos financeiros destinados às escolas públicas estaduais, municipais e distritais participantes dos eixos Apoio Técnico e Financeiro e Valorização de Boas Práticas. A Resolução regulamentou a operacionalização dos repasses no âmbito do PDDE, não instituindo o Programa, cuja base normativa é a Portaria MEC nº 177/2021.

O entendimento de que o desenvolvimento integral exige integração

entre dimensões cognitivas e emocionais é sustentado por autores como esclarece Abed (2014, p. 7), que afirma o “pressuposto de que o aprender envolve não só os aspectos cognitivos, mas também os emocionais e os sociais [...]” e compreende as “[...] inter-relações entre o desenvolvimento das habilidades socioemocionais e o processo de ensino e de aprendizagem.”

Somado a isso, o Programa reforça a importância da gestão escolar como elemento estruturante da transformação pedagógica. As ações fomentadas pelo MEC incluem o acompanhamento do planejamento escolar, o uso de indicadores educacionais, o monitoramento de metas e a criação de estratégias específicas para atender às demandas dos anos finais. A gestão é incentivada a trabalhar de maneira integrada com os professores, de modo que o planejamento coletivo e a troca de saberes fortaleçam os processos de ensino e aprendizagem.

Como política pública, o Brasil na Escola estruturou-se em três eixos fundamentais: 1. apoio técnico e financeiro às escolas; 2. valorização de boas práticas; e 3. inovação.

O site oficial do programa informa que sua finalidade é induzir inovações e estratégias capazes de ampliar a permanência e a aprendizagem dos estudantes dos anos finais do Ensino Fundamental, destacando que sua atuação ultrapassa o foco em conteúdos e envolve ações estruturantes que visam transformar práticas escolares. Entre as principais iniciativas desenvolvidas estão a formação de facilitadores, a oferta de cursos e seminários, a disponibilização de materiais didáticos (como kits e manuais), o acompanhamento das escolas e o fomento a projetos inovadores alinhados às metas do programa.

Essa perspectiva alinhada a ações estruturantes evidencia que o Programa *Brasil na Escola* se fundamenta em uma concepção ampliada de

formação, que reconhece a centralidade das dimensões socioemocionais no processo educativo. Tal entendimento converge com análises presentes na literatura especializada, que reforçam a necessidade de a escola assumir um papel mais abrangente na constituição integral dos estudantes. Como observa Abed (2016, p. 14):

A função da escola vai muito além da transmissão do conhecimento, pois é urgente e necessário fortalecer muitas e variadas competências nas nossas crianças e jovens, que lhe possibilitem construir uma vida produtiva e feliz em uma sociedade marcada pela velocidade das mudanças. Motivação, perseverança, capacidade de trabalhar em equipe e resiliência diante de situações difíceis são algumas das habilidades socioemocionais imprescindíveis na contemporaneidade... E no futuro dos nossos alunos.

O Programa *Brasil na Escola* opera a partir de uma lógica de inovação pedagógica, incentivando que as escolas desenvolvam práticas diferenciadas para fortalecer a aprendizagem e o engajamento dos estudantes. Em vez de atuar apenas de forma prescritiva, o programa estimula que cada escola identifique suas demandas, planeje intervenções contextualizadas e implemente estratégias que dialoguem com sua realidade pedagógica.

Entre os mecanismos adotados estão a participação dos gestores e professores em formações específicas, o uso de materiais estruturantes produzidos pelo MEC e a criação de projetos pedagógicos voltados ao protagonismo estudantil. O programa também incentiva que as escolas compartilhem experiências bem-sucedidas, promovendo um movimento de colaboração entre as redes e valorizando práticas que apresentem impacto positivo no clima escolar e na aprendizagem.

1.1 Proposições Socioemocionais do Programa para o Ensino Fundamental

O Programa *Brasil na Escola*, instituído pela Portaria MEC nº 177/2021, destina um de seus eixos ao fortalecimento do desenvolvimento socioemocional dos estudantes dos anos finais do Ensino Fundamental. Essa diretriz parte do reconhecimento de que emoções, vínculos, autocontrole e habilidades de convivência influenciam diretamente a aprendizagem, o engajamento diário e a permanência na escola. Estudos recentes demonstram que o desenvolvimento de competências socioemocionais está associado a maior motivação, melhora na convivência e desempenho acadêmico mais consistente, o que reforça a necessidade de integrar essas dimensões ao cotidiano pedagógico.

Para orientar esse trabalho, o Programa reúne um conjunto de materiais estruturantes produzidos pelo MEC. Um deles é o *Kit de Atividades Socioemocionais*, que reúne sequências didáticas destinadas a apoiar o professor na elaboração e condução de práticas voltadas à expressão emocional, à cooperação e à convivência. Esses materiais apresentam propostas de atividades semanais ou quinzenais e funcionam como um guia concreto para o trabalho nas turmas.

Outro elemento é o *Menu Socioemocional*, que sistematiza e define as principais competências priorizadas pelo Programa. Nesse documento, o MEC organiza um conjunto de habilidades relacionadas ao autoconhecimento, ao autocontrole emocional, à empatia, à consciência social, à capacidade de cooperação, à responsabilidade individual e coletiva, às habilidades de comunicação, ao relacionamento interpessoal e à tomada de decisão responsável. O Menu funciona como uma matriz conceitual que orienta tanto as atividades do Kit quanto as formações dos profissionais envolvidos.

O Programa também prevê *formações específicas para facilitadores*, responsáveis por apoiar o desenvolvimento das ações socioemocionais dentro das escolas. Essas formações orientam o uso dos materiais, apresentam fundamentos teóricos e metodológicos e instruem os facilitadores sobre modos adequados de conduzir as atividades com as turmas. O objetivo é garantir que o trabalho socioemocional seja progressivo, contextualizado e integrado ao cotidiano escolar.

Além desses materiais, o Programa incentiva a criação de *projetos pedagógicos integrados*, que articulem convivência, acolhimento, participação estudantil e mediação de conflitos. Esses projetos buscam fortalecer o clima escolar, promover práticas colaborativas e ampliar o espaço de escuta e expressão dos estudantes, de modo que o socioemocional seja vivenciado continuamente e não apenas em momentos isolados.

A literatura acadêmica dialoga com essa perspectiva. Teles et al. (2024, p. 5) observam que:

O bem-estar do ser humano sempre está vinculado a sua questão emocional, na relação consigo, com a alteridade e com o mundo que o rodeia, e a efetivação das habilidades socioemocionais são fundamentais para gerar autoconhecimento, autoconsciência, autonomia, autogestão como resposta às demandas e necessidades que aparecem.

Essas práticas dialogam com estudos que indicam que o desenvolvimento socioemocional impacta diretamente o vínculo dos estudantes com a escola. Documentos técnicos – como o TCC-34, que trata de clima escolar e participação – mostram que atividades de diálogo, escuta e colaboração aumentam o engajamento, fortalecem a autoestima e ampliam a percepção de pertencimento, fatores essenciais para combater a evasão e promover a permanência com aprendizagem. Assim, no âmbito do Programa Brasil na Escola, o socioemocional não é concebido como um componente periférico, mas como parte constitutiva do processo de aprender: para avançar nos conteúdos curriculares, é necessário que o aluno aprenda também a lidar consigo mesmo, com os outros e com as situações que compõem sua experiência escolar.

2. Convergências entre o *Programa Brasil na Escola* e a BNCC

A convergência entre o Programa Brasil na Escola e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) manifesta-se sobretudo na compreensão compartilhada de que a aprendizagem depende de processos que integram dimensões cognitivas, emocionais e sociais. A BNCC estabelece como finalidade da Educação Básica a formação integral dos estudantes e organiza seu currículo em torno de competências gerais que envolvem autonomia, participação, convivência e autorregulação. O Programa Brasil na Escola, por sua vez, busca oferecer meios concretos para que essas competências se traduzam em práticas pedagógicas cotidianas, apoiando as escolas com materiais estruturantes, orientações e formações específicas.

Enquanto a BNCC define os princípios e objetivos que devem orientar a aprendizagem, o Programa atua como política de implementação, disponibilizando sequências didáticas, propostas de atividades e ações de formação que ajudam docentes e gestores a operacionalizar essas competências. Essa relação é especialmente visível no campo socioemocional: habilidades como empatia, cooperação, gestão das emoções e responsabilidade — explicitadas entre as competências gerais — são trabalhadas de forma prática nos materiais do Programa, que articulam convivência, participação e tomadas de decisão.

A convergência também se expressa no reconhecimento de que a recomposição das aprendizagens exige condições emocionais favoráveis. A BNCC enfatiza que o estudante aprende melhor quando se sente parte da comunidade escolar, e estudos como os de Carneiro e Nascimento (2020) mostram que interações comunicativas e um clima escolar positivo fortalecem a motivação e o engajamento. O Programa Brasil na Escola incorpora essa perspectiva ao propor ações de acolhimento, escuta e mediação de conflitos, reforçando a importância do vínculo como elemento estruturante da permanência escolar.

Além disso, ambos os documentos atribuem aos professores papel decisivo na mediação dos processos de aprendizagem. A BNCC destaca que o desenvolvimento das competências depende de práticas pedagógicas intencionais e planejadas, e o Programa reforça essa ideia ao oferecer

formações que apoiam o docente na integração do socioemocional ao currículo. Como apontam Teles et al. (2024), o professor é agente central na construção das experiências que favorecem autonomia, autorregulação e consciência social.

Em síntese, a articulação entre BNCC e Programa Brasil na Escola evidencia um entendimento comum de educação integral: desenvolver competências cognitivas e socioemocionais de forma indissociável, fortalecendo o vínculo dos estudantes com a escola e promovendo aprendizagens mais significativas. A BNCC define os objetivos; o Programa disponibiliza caminhos concretos para alcançá-los; e a escola transforma essas diretrizes em experiências educativas situadas e contextualizadas.

Aspectos	BNCC (2018)	Programa Brasil na Escola (Portaria MEC nº 177/2021)	Pontos de Convergência/Articulação
Finalidade central	Formação integral do estudante, articulando dimensões cognitivas, socioemocionais e sociais.	Reforçar a permanência, recompor aprendizagens e promover o desenvolvimento integral.	Ambos entendem a aprendizagem de forma ampla e integrada, indo além do conteúdo.
Competências gerais relacionadas ao socioemocional	Autoconhecimento, autocontrole, responsabilidade, empatia, cooperação, comunicação e convivência.	Autoconhecimento e autocuidado, capacidade de convivência, comunicação e tomada de decisão responsável.	Ambos priorizam competências socioemocionais como parte do processo de aprendizagem e permanência.

2.1 Formação Integral e Competências Gerais

A BNCC (BRASIL, 2018) estabelece a formação integral como uma das finalidades centrais da Educação Básica. Para isso, define dez competências gerais, das quais pelo menos seis são diretamente relacionadas às dimensões socioemocionais:

- empatia e cooperação;
- responsabilidade e cidadania;
- autoconhecimento e autocuidado;
- comunicação;
- argumentação;
- gestão das emoções e autocontrole.

Nesse sentido, a política pública analisada apresenta forte convergência com a BNCC ao incorporar essas habilidades como parte integral das práticas pedagógicas. Os materiais dialogam explicitamente com as competências gerais e traduzem os princípios da BNCC para atividades concretas, acessíveis e aplicáveis ao cotidiano escolar.

O Programa se insere exatamente nessa lógica ao trabalhar competências como empatia, convivência e participação social. Além disso, Carneiro e Lopes (2020) ressaltam que interações comunicativas e relacionais previstas na BNCC desenvolvem autonomia e respeito, sendo fundamentais para a vida escolar e social dos estudantes. Quando analisado em conjunto, observa-se que: 1. a BNCC define o “o quê” deve ser desenvolvido (competências gerais); 2. o Programa oferece “o como” por meio de atividades, materiais e formações; 3. a escola é responsável por articular “o quando e onde” inside do currículo local.

Assim, o Programa Brasil na Escola funciona como instrumento viabilizador da BNCC, especialmente no que se refere à formação socioemocional, ao engajamento e à permanência escolar.

2.2 O papel da formação continuada docente

Conforme apontam Teles et al. (2024, p. 6), os professores desempenham papel fundamental como “mediadores no processo de ensino e aprendizagem dos alunos” e podem contribuir diretamente para a formação e o desenvolvimento dos estudantes no campo das competências socioemocionais. Essa centralidade docente reforça a importância da formação continuada, elemento essencial para a efetivação das ações previstas pelo Programa Brasil na Escola. Como o desenvolvimento socioemocional demanda práticas intencionais, planejadas e sustentadas por fundamentos teóricos, o Programa estabelece formações específicas destinadas a gestores, professores e facilitadores responsáveis pela condução das atividades.

Nesse sentido, Abed (2014) enfatiza que aprender envolve tanto processos cognitivos quanto emocionais, o que demanda professores preparados para reconhecer, acolher e trabalhar sentimentos que emergem no contexto escolar. Desse modo, as formações promovidas pelo Programa *Brasil na Escola* capacitam o professor a compreender que o desenvolvimento socioemocional não é um elemento acessório, mas parte essencial da aprendizagem.

Essas formações abordam temas como: mediação de conflitos, promoção da empatia, estratégias de ensino para o desenvolvimento socioemocional, aplicação dos materiais estruturantes e práticas pedagógicas inovadoras. Conforme Teles et al. (2024), os professores atuam como mediadores essenciais na construção das competências socioemocionais, influenciando diretamente o engajamento e o desenvolvimento dos estudantes.

Assim, ao oferecer orientações, cursos, *webinários* e materiais de estudo, o Programa fortalece a autonomia pedagógica dos profissionais, criando condições para que as práticas propostas sejam incorporadas ao cotidiano escolar. A formação continuada, portanto, não é apenas um complemento, mas um eixo estruturante da implementação do Programa e condição indispensável para o sucesso das ações socioemocionais.

2.3 Contribuições do Programa para a formação integral

A análise dos documentos oficiais do Programa Brasil na Escola, associada à literatura acadêmica sobre competências socioemocionais e educação integral, demonstra que a política apresenta potencial significativo para fortalecer a aprendizagem e a permanência escolar nos anos finais do Ensino Fundamental. Embora apresente potencial significativo, o fortalecimento das competências socioemocionais por meio de políticas públicas também suscita debates, especialmente sobre o risco de responsabilizar individualmente o estudante por problemas estruturais da escola. Assim, a efetividade da política depende de condições institucionais, clima escolar e apoio docente. O Programa articula dimensões cognitivas e emocionais ao reconhecer que a recomposição das aprendizagens depende de fatores como vínculo, engajamento, motivação e convivência aspectos amplamente discutidos por Abed (2014), que afirma que aprender envolve processos emocionais e sociais.

Os materiais estruturantes como o Menu Socioemocional, o Kit de Atividades e a Formação de Facilitadores evidenciam uma preocupação explícita em alinhar as práticas pedagógicas às competências gerais da BNCC, especialmente empatia, responsabilidade, autoconhecimento e autocontrole. Estudos como os de Carneiro e Lopes (2020) reforçam que práticas comunicativas e relacionais contribuem não apenas para o desempenho acadêmico, mas também para o desenvolvimento emocional dos estudantes, o que aparece como pilar central do Programa.

Além disso, a política apresenta forte convergência com pesquisas contemporâneas que destacam a relevância do clima escolar para a permanência dos alunos. Moura et al. (2022) apontam que o desenvolvimento de competências socioemocionais favorece a construção de ambientes escolares mais cooperativos e acolhedores, o que dialoga diretamente com os objetivos do Programa Brasil na Escola. Teles et al. (2024) complementam ao destacar o papel do professor como mediador das emoções e das relações, o que reforça a importância da formação continuada prevista na política.

Entretanto, o Programa também apresenta desafios. Por ser recente,

ainda carece de avaliações empíricas que comprovem seus impactos de médio e longo prazo. Além disso, sua efetividade depende da adesão das escolas, da participação ativa dos professores e da continuidade das formações fatores que variam conforme a realidade local e as condições estruturais de cada instituição.

De modo geral, os resultados parciais apontam que o Programa Brasil na Escola representa um avanço importante na articulação entre políticas públicas, competências socioemocionais e BNCC, configurando-se como uma iniciativa que promove práticas pedagógicas mais humanas, reflexivas e dialógicas.

Considerações Finais

A análise realizada permitiu compreender que o Programa Brasil na Escola, apesar de recente, apresenta grande potencial para contribuir com a recomposição das aprendizagens e com o fortalecimento da formação socioemocional nos anos finais do Ensino Fundamental. Os documentos oficiais revelam que a política dialoga de maneira consistente com a BNCC ao enfatizar o desenvolvimento de competências como autoconhecimento, autocontrole, empatia e convivência dimensões amplamente discutidas por autores como Abed (2014; 2016), que defende que aprender envolve processos cognitivos, emocionais e sociais de forma integrada.

Ao relacionar a política às orientações da BNCC, observa-se uma forte convergência com os estudos de Carneiro e Lopes (2020) e Carneiro e Nascimento (2020), os quais destacam que as interações comunicativas, o clima escolar e as relações sociais influenciam tanto a aprendizagem quanto o desenvolvimento emocional dos alunos. Da mesma forma, as análises de Moura et al. (2022) mostram que competências socioemocionais tornam-se ainda mais essenciais em contextos de fragilidade emocional, como o período pós-pandemia, evidenciando a pertinência do Programa ao propor práticas de acolhimento, mediação e fortalecimento de vínculos.

Contudo, este estudo também identificou contradições, limites e desafios que atravessam a implementação do Programa. Embora a política priorize o desenvolvimento socioemocional, muitas escolas ainda enfrentam fragilidades estruturais, falta de recursos didáticos, ausência de equipes especializadas e sobrecarga

docente. Isso gera uma tensão entre o que a política propõe e o que, de fato, é possível realizar no cotidiano escolar. Em alguns casos, há o risco de que se responsabilize o aluno por dificuldades emocionais ou de aprendizagem que, na verdade, decorrem da falta de condições institucionais – questão já alertada por autores que discutem políticas educacionais baseadas em competências.

Outro fator que emerge como desafio é a dependência da formação continuada, apontada como essencial por Teles et al. (2024). Embora o Programa ofereça formações e materiais estruturantes, sua efetividade depende da adesão dos professores, da continuidade das formações e da estabilidade das políticas públicas. Quando esses elementos não se mantêm, práticas inovadoras podem não se consolidar, resultando em ações isoladas e de curto prazo.

Apesar desses limites, o Programa Brasil na Escola também apresenta facilidades e potencialidades importantes. Seus materiais estruturantes – como o Menu Socioemocional, o Kit de Atividades e a Formação de Facilitadores – favorecem o alinhamento entre teoria e prática, permitindo que a escola desenvolva competências socioemocionais de maneira mais objetiva e planejada. As ações propostas contribuem para a construção de ambientes escolares mais acolhedores e cooperativos, como apontam Moura et al. (2022), favorecendo o engajamento, a permanência e o bem-estar dos estudantes.

Diante disso, conclui-se que o Programa Brasil na Escola representa um avanço relevante para a educação integral brasileira, articulando políticas públicas, socioemocionalidade e currículo nacional. Entretanto, sua efetividade depende de condições estruturais adequadas, envolvimento docente, continuidade das formações e acompanhamento sistemático. Recomenda-se que futuras pesquisas investiguem o impacto do Programa em diferentes contextos escolares, contribuindo para aprimorar políticas voltadas ao desenvolvimento integral dos estudantes.

Referências

ABED, Anita Lilian Zuppo. O desenvolvimento das habilidades

socioemocionais como caminho para a aprendizagem e o sucesso escolar de alunos da educação básica. **Construção Psicopedagógica**. São Paulo, v. 24, n. 25. 8-27, 2016. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-69542016000100002&lng=pt&nrm=iso

As competências socioemocionais e a interação comunicativa em sala de aula. (2020). **Revista Educação, Cultura e Sociedade**, 10(3). <https://doi.org/10.30681/ecs.v10i3.3968>

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 177, de 30 de março de 2021. Institui o Programa Brasil na Escola e estabelece suas diretrizes de implementação. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 31 mar. 2021. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-177-de-30-de-marco-de-2021-311650714>. Acesso em: set. de 2025.

BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Resolução CD/FNDE nº 10, de 23 de julho de 2021. Dispõe sobre os critérios e as formas de transferência, execução e prestação de contas dos recursos financeiros, nos moldes operacionais e regulamentares do Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE, às escolas públicas participantes dos Eixos Apoio Técnico e Financeiro e Valorização de Boas Práticas do Programa Brasil na Escola. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 26 jul. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/legislacao/resolucoes/2021/resolucao-no-10-de-23-de-julho-de-2021>. Acesso em: jun. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. **Programa Brasil na Escola**. Brasília: MEC, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/brasil-na-escola>. Acesso em: set. de 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Formação de Facilitadores da Estratégia de Desenvolvimento Socioemocional**. Brasília: MEC, 2021. Disponível em: <https://brasilnaescola.mec.gov.br/>. Acesso em: nov. de 2025.

BRASIL. Programa Brasil na Escola. **PDDE Interativo**. Ministério da Educação. Disponível em: <https://pddeinterativo.mec.gov.br/brasil-na-escola>. Acesso em: nov. de 2025.

CARNEIRO, Rosalvo Nobre; NASCIMENTO, Marizete Batista do. As competências socioemocionais e a interação comunicativa em sala de aula. **Revista Educação**,

Cultura e Sociedade, v. 10, n. 3, p. 383-394, 2020. Ed. Especial Disponível em: <https://periodicos.unemat.br/index.php/recs/article/download/8700/6990>

CHAVES, Caroline Martins; PINHEIRO, Hellen Lopes de Aquino; HAIASHIDA, Keila Andrade. **A contribuição das competências socioemocionais para uma aprendizagem significativa**. Ensino em Perspectivas, Fortaleza, v. 3, n. 1, p. 1- 11, 2022. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/ensinoemperspectivas/article/view/8783>

OLIVEIRA, Elimeire Alves de; CARDOSO, Angela Maria Alves; BOMFIM, Roberta Lopes; ROBERTO, Tiago Moreno Lopes. **A contribuição das competências socioemocionais para a formação integral do aluno**. RECIMA21 – Revista Científica Multidisciplinar, v. 3, n. 4, e341308, 2022. Disponível em: <https://recima21.com.br/index.php/recima21/article/view/1308>.

MOURA, Rosa Maria Braga Lopes de; SOUSA JÚNIOR, Alvani Bomfim de; ALMEIDA, Marcela Santos de; SOUZA, André da Silva e; SOUZA, Izabel Cristina Amaral de. **Competências socioemocionais no contexto pandêmico: desafios e possibilidades na formação docente sob o viés das neurociências**. Aracaju: ArtNerComunicação, 2022. 163 p.

TELES, L. V. de A.; SOUZA, J. A. de; FARIA G. B., BARBOSA, S. P.; GOULART, C. M. B.; BARBOSA JUNIOR, N. do C.; LOPES, E. da C. B.; SILVA, S. S. A. da, Andrade, M. A. A. de, & MORAES, C. R. de. (2024). O papel das competências socioemocionais no processo de ensino e aprendizagem. **Revista foco**, 17(6), e5353. Disponível em: <https://doi.org/10.54751/revistafoco.v17n6-041>